



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME N.º 0304356-9 – COMARCA DE JABOATÃO DOS
GUARARAPES
APELANTE: JOSÉ FERREIRA DE LIMA.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO.
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

EMENTA: Penal – Processual Penal – Apelação Criminal
– Homicídio qualificado – Julgamento pelo Júri -
Condenação – Dosimetria penal. Redimensionamento
da pena-base. Possibilidade. Circunstâncias Judiciais
em sua maioria positivas. Provimento do recurso.
Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da
Apelação Crime nº 304356-9 em que figura, como Apelante José
Ferreira de Lima, e, como Apelado, Ministério Público Estadual,
acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de
votos, para **dar provimento ao apelo**, tudo de acordo com a ata
de julgamento, voto e demais peças processuais que integram este
julgado.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrilo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME N.º 0304356-9 – COMARCA DE JABOATÃO DOS
GUARARAPES
APELANTE: JOSÉ FERREIRA DE LIMA.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO.
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por José Ferreira de Lima, em face da sentença, fls. 179/182, que o condenou à pena de 15 (quinze) anos e 06 (seis) meses de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do delito previsto no art. 121, §º, inciso IV do Código Penal (homicídio qualificado mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Em suas razões de fls. 224/226, aponta exarcebação na reprimenda aplicada. Ressalta que a mesma não foi justa e equânime. Ao final requer o redimensionamento da pena aplicada a um patamar mais próximo do mínimo legal.

Contrarrazões, às fls. 230/231, pugnando pelo não provimento recursal.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça pela manutenção da decisão combatida

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 20 de junho de 2013.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator

252



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME N.º 0304356-9 – COMARCA DE JABOATÃO DOS
GUARARAPES
APELANTE: JOSÉ FERREIRA DE LIMA.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO.
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO

Consta na denúncia que o recorrente, em 21.05.1994, ao encontrar-se com a vítima na rua, desferiu vários tiros de revólver contra a mesma, em virtude de um desentendimento ocorrido meses antes do fato.

Foi condenado pelo Tribunal do Júri, o qual acolheu a tese da acusação, afastando, apenas, a qualificadora do motivo fútil.

O inconformismo do apelante restringe-se tão somente ao quantum da pena aplicada, questiona a razoabilidade e a proporcionalidade na fixação da pena-base, pugnando pela sua redução, aproximando-se do mínimo legal.

A pena em abstrato para o delito em questão é de **12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão**. Assim, de preâmbulo, verifico que ao dosar a reprimenda (fls. 179/182), a magistrada fixou a pena-base acima do mínimo legal em **15 (quinze) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, tornando-a em definitivo ante a ausência de circunstâncias agravantes e/ou atenuantes, causas de aumento e/ou diminuição de pena.

Como sabido, para a fixação da reprimenda-base, oito são as circunstâncias judiciais avaliadas conforme o art. 59 do Código Penal, restando plausível o inconformismo do apelante.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No caso em análise, foram consideradas como circunstâncias negativas a culpabilidade, os motivos, as consequências e o comportamento da vítima. No entanto, verifico que a exceção dos motivos do crime, as demais circunstâncias valoradas negativamente são próprias do tipo penal, o que justificaria a elevação da pena- base um pouco acima do mínimo legal. **Nesse sentido: HC n.º 139.739/MG, Ministro Félix Fischer, DJ julgado em 02.03.2010; HC 103.474/MS, 6ª Turma, Rel. Ministra Jane Silva – Des. Convocada do TJ/MG) – DJE de 02.03.2009**

Ante o exposto, diante da existência de apenas uma circunstância negativa (motivo do crime), entendo que deve prosperar o pleito do apelante na minoração da pena aplicada. Dessa forma, em homenagem aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade fixo a sua pena-base em 13 (treze) anos de reclusão, e diante da ausência de circunstâncias agravantes e atenuantes, causas gerais ou especiais de aumento ou diminuição de pena, torno-a definitiva em 13 (treze) anos de reclusão, devendo ser cumprida em regime fechado à luz do disposto no art. 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal.

À luz de tais considerações, voto no sentido de **dar provimento** ao apelo para **reduzir a pena aplicada ao apelante, fixando-a em 13 (treze) anos de reclusão, no regime inicial fechado.**

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo.
Desembargador Relator



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 304356-9 – 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Apelante: José Ferreira de Lima
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Cuida-se de Apelação Criminal com o escopo de reduzir a pena aplicada a José Ferreira de Lima pelo Juiz presidente da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, fixada em 15 (quinze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em razão da prática do delito de homicídio qualificado pelo emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal).

Persegue o Apelante a redução de sua pena para *quantum* próximo do mínimo legal imputado ao delito epigrafado, asseverando que a criminalidade não seria erradicada com penas exacerbadas e que o recorrente seria primário e sem predisposição para o crime.

Em análise da sentença de fls. 179/182, observo que assiste razão ao Apelante.

Isso porque observo que o Juiz presidente, quando da fixação da pena-base do recorrente, valorou de forma indevida as circunstâncias judiciais consideradas como desfavoráveis àquele, à exceção dos motivos do crime.

A propósito, verifico que, quanto à culpabilidade do Apelante, o Juízo *a quo* a considerou como "comprovada", com fundamento na asserção de que aquele teria agido "com intenso dolo, ciente de sua conduta criminoso" (fl. 180).

Todavia, observo que, além de tais circunstâncias serem inerentes ao próprio tipo penal em que aquele se encontra incurso e, pois, não poderem ser valoradas nesta fase, a culpabilidade não é por elas aferida, mas sim, pelo conjunto de todas as demais circunstâncias judiciais.

Da mesma forma, no que concerne às consequências do crime, tenho que o Magistrado sentenciante valorou elemento já contemplado pelo citado tipo penal, eis que ponderou serem aquelas "sérias, uma vez que (o recorrente) retirou a vida de uma pessoa jovem, que possuía um futuro pela frente" (fl. 180).

Por outro lado, verifico que a valoração negativa dos motivos dos crimes foi acertada, eis que foi ponderado que o Apelante praticou a conduta delitiva em epígrafe em razão de um mero desentendimento com a vítima, motivação esta que, sem dúvida, é de natureza banal.



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 304356-9 – 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Quanto às demais circunstâncias judiciais, verifico que foram devidamente valoradas como neutras.

Nesse ponto, ressalto apenas que, quando da análise da personalidade do Apelante, o Juízo *a quo* considerou ser este último um “homem sem predisposição para o crime” (fl. 180), sem, contudo, indicar o valor positivo ou neutro dessa circunstância.

Entretanto, verifico que tal fato nem se relaciona propriamente com o conceito de personalidade do agente (e sim com seus antecedentes), nem, por via de consequência, permite qualquer juízo de valor, positivo ou negativo, acerca da citada circunstância judicial.

Por essa razão, tenho por bem considerá-la como neutra.

Diante dessas considerações, e, em especial, da existência de apenas uma circunstância judicial desfavorável ao Apelante, a saber, os motivos do crime, entendo ser razoável a fixação de sua pena-base em patamar próximo ao mínimo legal, que estabeleço, destarte, em 13 (treze) anos de reclusão.

Face à ausência de causas de aumento ou diminuição de pena, e de circunstâncias atenuantes ou agravantes, torno definitiva a aludida pena, fixada em 13 (treze) anos de reclusão.

Considerando o aludido *quantum*, determino o regime fechado para o início do cumprimento da pena, à luz do disposto no art. 33, § 2º, alínea “a”, do Código Penal.

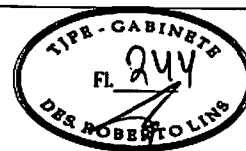
Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao apelo, para reduzir a pena aplicada a José Ferreira de Lima, fixando-a, destarte, em 13 (treze) anos de reclusão, no regime inicial fechado.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 304356-9 – 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Apelante: José Ferreira de Lima
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

DESPACHO

Revistos. Inclua-se em pauta.

Recife, 14 de maio de 2014 .


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor convocado